

ISSN 3085-5624

Eixo Temático 4 – Fontes, Recursos e Serviços de Informação

MEMÓRIAS DO CARGO: PALMEIRA DOS ÍNDIOS NOS RELATÓRIOS DE GRACILIANO***MEMOIRS FROM THE PUBLIC OFFICE: PALMEIRA DOS ÍNDIOS IN GRACILIANO'S OFFICIAL REPORTS***

Fernanda da Silva Alves Calheiros – Universidade Federal de Alagoas (UFAL),
fernanda.alvescalheiros@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-2882-2028>

Carlos Nealdo dos Santos – Universidade Federal de Alagoas (UFAL), *cnealdo@gmail.com*,
<https://orcid.org/0009-0006-7832-3610>

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo explora os dois relatórios produzidos por Graciliano Ramos nos anos de 1929 e 1930, durante sua gestão como prefeito de Palmeira dos Índios. Sob a ótica da Ciência da Informação e com base em registros biográficos, investiga-os como fontes de memória da cidade. De abordagem metodológica qualitativa, esta pesquisa documental e bibliográfica aponta que esses documentos públicos extrapolam o tempo, bem como o caráter literário e administrativo. Os escritos do político que se tornaria um dos maiores vultos da literatura brasileira configuram-se como instrumentos de preservação da memória local.

Palavras-chave: memória; Graciliano Ramos; Palmeira dos Índios; fontes de informação; documentos públicos.

Abstract: *This article explores the two reports produced by Graciliano Ramos in 1929 and 1930, during his tenure as mayor of Palmeira dos Índios. From the perspective of information science and based on biographical records, it investigates them as sources of the city's memory. Using a qualitative methodological approach, this documentary and bibliographical research reveals that these public documents transcend time, as well as their literary and administrative character. The writings of the politician who would become one of the greatest figures in Brazilian literature serve as instruments for preserving local memory.*

Keywords: *memoirs; Graciliano Ramos; Palmeira dos Índios; information sources; public documents.*

1 INTRODUÇÃO

A memória de um lugar é constituída por um entrelaçamento de lembranças, marcos e elementos individuais e coletivos, materiais e simbólicos. A cidade, por sua vez, é um espaço de construção de sentidos, de criação de significados, onde o tempo e o espaço estabelecem uma ligação perceptível (Bauman, 2014). No caso do município brasileiro de Palmeira dos Índios, em Alagoas, seu nome ecoou nacional e internacionalmente tendo

como porta voz os registros de um homem que, antes de se tornar um dos maiores vultos da literatura brasileira, foi prefeito da cidade.

Este estudo se propõe a analisar a temática da memória do município de Palmeira dos Índios tendo como objeto os dois relatórios de gestão do prefeito Graciliano Ramos de Oliveira. Primogênito do casal Sebastião Ramos de Oliveira e Maria Amélia Ferro Ramos, Graciliano nasceu no dia 27 de outubro de 1892, no município de Quebrangulo, em Alagoas (Barros; Torres, 1992, p. 3). Quando tinha dois anos de idade, seus pais se mudaram para Buíque, em Pernambuco, retornando para Alagoas em 1899, passando a residir em Viçosa, onde ele iniciou as primeiras leituras e escreveu seu primeiro conto - O Pequeno Pedinte, de 1904.

O futuro escritor se mudaria com o pai para Palmeira dos Índios em 27 de outubro de 1910 — data de seu aniversário de 18 anos —, onde Sebastião Ramos e ele administrariam a Loja Sincera, adquirida por cinco contos de réis:

A adaptação à rotina de Palmeira não seria tão traumática quanto se poderia prever. Em carta à mãe, em 14 de novembro de 1910, comentaria: “Aqui estamos todos bons nessa santa Palmeira, terra que, se não é boa, sempre é menos ruim do que eu julgava. Aqui não há cafés, há maus bilhares, pouca cerveja, nenhum divertimento. Enfim gasta-se pouco dinheiro e vende-se alguma coisa, isto é, ganha-se mais do que se gasta. Entre um freguês e outro, folheava livros, jornais e revistas. Quando cerravam as portas, ia para o fundo da loja escrever, usando o papel dos talonários de pedidos e notas fiscais. Sem regularidade, despachava sonetos e pequenas crônicas para *O Malho*, *Jornal de Alagoas* e *Correio de Macei*. (Moraes, 2012. p. 38).

Trata-se do mesmo homem que seria imortalizado sob a alcunha de “Mestre Graça” e que em janeiro do ano 2000 foi aclamado como “Alagoano do Século” ¹. Aquele que se tornaria autor de clássicos como *Caetés*, *Angústia*, *São Bernardo*, *Vidas Secas*, por exemplo, e também da obra póstuma *Memórias do Cárcere* – que serviu de inspiração literária para o título deste artigo.

Conforme ajuíza Pierre Nora (1993), a memória é a vida, carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em contínua evolução e, como tal, permanece aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. “A história é a reconstrução sempre problemática e

¹ O título foi concedido pelo Jornal Gazeta de Alagoas após uma votação pública. Os candidatos a maior personalidade alagoana do século XX foram indicados por autoridades políticas e intelectuais do estado. Entre os selecionados, Graciliano foi o mais votado pelos leitores do periódico, superando nomes como o do jurista Pontes de Miranda, da médica Nise da Silveira e do arcebispo primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela.

incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente” (Nora, 1993, p. 9).

Partindo-se desse pressuposto, apresenta-se o problema central da pesquisa, que consiste na seguinte indagação: os relatórios administrativos produzidos por Graciliano Ramos, enquanto prefeito de Palmeira dos Índios e publicados no Diário Oficial de Alagoas, podem ser considerados instrumentos de preservação da memória do município?

O objetivo geral é o de compreender em que medida os dois relatórios endereçados ao governador do estado constituem-se, não apenas como ferramentas de gestão administrativa, mas como instrumento e suportes de memória da cidade remetendo aos anos finais da década de 1920.

Alinhados ao objetivo geral, os objetivos específicos se desdobram em: a) Analisar os relatórios sob a perspectiva da memória considerando o discurso do autor; b) Identificar elementos nos registros que remetem à memória social, cultural e urbana de Palmeira dos Índios e ainda c) Investigar como os elementos literários contidos nos relatórios contribuem para a construção de uma narrativa sobre a cidade.

O passado, segundo Abreu, é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em "instituições de memória", ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares. O autor diz ainda que não é de se estranhar, então, que seja ele, o passado, que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença. “A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado” (Abreu, 1998, p. 07).

Ressalte-se que ao longo deste artigo, nas citações e menções ao conteúdo dos relatórios, optou-se por preservar o texto original, fiel ao que foi publicado em 1929 e 1930, evidenciando assim o contexto histórico-linguístico em que foram confeccionados. Ortografia, linguagem, sintaxe e traços lexicais próprios da época foram mantidos, ainda que apresentem arcaísmos ou termos que atualmente estejam em desuso na norma vigente.

A edição adotada nesta pesquisa é a *Relatórios de Graciliano Ramos Publicados no Diário Oficial*, que foi produzida pela Imprensa Oficial de Alagoas, empresa pública que, desde o ano 2000 leva o nome daquele que foi seu diretor de 31 de maio de 1930 a 26 de dezembro de 1931. A Imprensa Oficial Graciliano Ramos compilou os dois documentos em um único livro, que foi lançado no ano de 2013.

2 DESENVOLVIMENTO

Abreu (1998) considera que a revalorização atual do passado tem gerado uma constante demanda pela memória dos lugares, em especial pela memória das cidades. Dito isto, chega-se à origem do distrito sob a denominação Palmeira dos Índios, que foi criado no ano de 1978. A origem do nome da cidade tem relação direta com os povos originários da etnia Xukuru que povoavam seu território e com a vegetação típica da região. Assim define a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros:

As terras ocupadas pelo município de Palmeira dos Índios constituíam primitivamente um aldeamento dos índios Chucurus, que aí se estabeleceram em meados do século XVII. Tinham esses indígenas o seu habitat cercado de esbeltas palmeiras, bem próximo ao sopé da serra onde hoje se ergue a cidade de Palmeira dos Índios. O nome do município veio, pois, em consequência dos seus primeiros habitantes e do fato da abundância de palmeiras que então havia em seus campos — Palmeira dos Índios (Ferreira, 1959. p. 110).

A citação acima reproduz a grafia da época em que o livro foi escrito, em 1959. A mesma Enciclopédia esclarece que a elevação do território à categoria de vila data de 10 de abril de 1835, a partir do desmembramento de outra vila, a de Atalaia, mesmo nome do município atual. Pela Lei Provincial n.º 43, de 04 de maio de 1846, a vila foi extinta e teve seu território anexado ao município de Anadia.

Em 23 de junho de 1853, foi elevado novamente à categoria de vila, com a denominação de Palmeira dos Índios, pela Lei n.º 209, desta feita, sendo desmembrado do município de Anadia. Em 20 de agosto de 1889 foi elevado à condição de cidade, pela Lei Provincial n.º 1113.

Em 1927, um ano antes de Graciliano assumir a Prefeitura de Palmeira dos Índios, o município tinha vivido um clima tenso que culminaria com o assassinato do então prefeito, coronel Lauro de Almeida Lima, e do próprio assassino, o administrador da Recebedoria Estadual, João Ferreira de Gusmão e Melo, funcionário competente e com fama de incorruptível (Lima, 2013).

Considerando a enorme sangria que sofria Fazenda Estadual, em face da ação desbragada de contrabandistas na zona fronteira de Alagoas com Pernambuco, o governador Costa Rego resolvera tomar medidas enérgicas para acabar com a licenciosidade e com esse propósito mandara para Palmeira dos Índios, munido com carta branca, o mencionado João Ferreira de Gusmão e Melo (...). Investido na função. Gusmão, de fato, não queria deixar passar camarão pela malha -

orientação que não só o isolaria do ambiente social como o levava a extrapolar, praticando certas arbitrariedades (Lima, 2013, p. 162).

Entre esses os alvos do autoritarismo do funcionário público, estava o prefeito Lauro. Presume-se que, por isso, ao assumir a cadeira no executivo, diante das turbulências que marcaram o mandato de seu falecido antecessor e temendo não sofrer ataques da Fazenda Estadual, uma das formas encontradas por Ramos para assegurar a lisura de sua gestão, foi enviar relatórios anuais ao governador Álvaro Paes, que assumiu após Costa Rego.

No período em que esteve à frente da administração pública, Graciliano enviou dois relatórios: o de 1929 (prestando contas da gestão de 1928) e o de 1930, em que relatava os gastos públicos ocorridos no ano anterior. Tais relatórios são o objeto do estudo aqui apresentado. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa que resultou neste artigo é de natureza qualitativa, ao buscar compreender os sentidos atribuídos aos relatórios do prefeito enquanto documentos que articulam a memória palmeirense e a gestão pública.

Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, com características exploratórias e descritivas. Foram adotadas a leitura e a análise documental dos dois relatórios administrativos redigidos por Graciliano. Ambos os documentos foram submetidos a fichamento, o que permitiu a organização preliminar e posterior análise. Paralelamente, foi realizado um levantamento bibliográfico em publicações que tratam de memória, aspectos geográficos e históricos do município bem como obras biográficas do autor em questão com o objetivo de embasar a interpretação de tais relatórios.

O que o prefeito não esperava era que os documentos que ele redigiu como uma prestação de contas se tornariam verdadeiras peças literárias que chamaram a atenção de conceituados escritores brasileiros. No prefácio aos Relatórios publicados pela Imprensa Oficial em 2013, a doutora em linguística, professora da Universidade Federal da Bahia e também neta do autor, Elizabeth Ramos, relata que o escritor renunciou ao poder no terceiro ano do seu mandato.

Segundo ela, tratou-se de um gesto de coragem e protesto do avô contra a indolência dos políticos e das classes dominantes, avessos ao projeto do bem comum, da prosperidade e do desenvolvimento. Ela também acredita que foi a jornada do cidadão que inaugurou a trajetória do escritor, por mais inofensivos ou infames que os textos pudessem ser aos olhos de seu autor.

Em entrevista concedida a Homero Senna na Revista do Globo em dezembro de 1948, o próprio Graciliano admite que não eram documentos típicos da máquina pública, apesar de não esconder a surpresa com a repercussão dos relatórios:

Apenas, como a linguagem não era habitualmente usada em trabalhos dessa natureza, e porque neles eu dava às coisas seus verdadeiros nomes, causaram um escarcéu medonho. O primeiro teve repercussão que me surpreendeu. Foi comentado no Brasil inteiro. Houve jornais que o transcreveram integralmente (Senna, 1968, p. 186).

Sabe-se que os relatórios foram confeccionados como ferramenta de gestão, mas que se tornaram notórios pelo teor literário de sua linguagem. Entretanto, atualmente, ao olhar para trás, pode-se depreender outro aspecto: o da memória de uma Palmeira dos Índios dos anos finais da República Velha no Brasil. O livro *Relatórios de Graciliano Ramos Publicados no Diário Oficial* traz em suas páginas finais o *fac-símile* dos documentos originais, conforme ilustração a seguir, que apresenta a capa do Diário Oficial que contém o Relatório II, conforme Figura 1.

Figura 1 – Capa do Diário Oficial de 16 de janeiro de 1930



Fonte: Ramos (2013).

Le Goff (2013, p. 387-388) considera a memória, “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele

representa como passadas”. O mesmo autor reflete que os fenômenos resultantes do processo da memória são os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem na medida em que a organização os mantém ou reconstitui.

Ainda em Le Goff, a memória é um fenômeno subjetivo e coletivo, envolvendo a construção social e cultural dos significados atribuídos ao passado através de experiências, narrativas, tradições e símbolos. A memória é uma dinâmica e vital, em constante movimento. Trabalha com lembranças e com esquecimentos para elaborar interpretações emocionais e ideológicas do passado, todas moldadas por narrativas significativas para o grupo social em questão.

Halbwachs (2006) na obra “A Memória Coletiva” aborda o fenômeno da memória como um conjunto formado por outros dois fenômenos: a individual e a coletiva. O conceito de memória coletiva permite ao indivíduo se perceber como parte de um grupo social, pois compartilha as mesmas lembranças com seus membros, baseadas nos testemunhos comuns.

Cada memória individual, na concepção do autor, é um ponto de vista sobre a memória coletiva. A primeira seriam as impressões particulares sobre os fatos, compostas de detalhes e sequências que se organizam quando o indivíduo recorda, um ponto de vista sobre a memória coletiva. A segunda, como o próprio nome indica, seriam as impressões e registros de memória significativos para um conjunto de pessoas, porque fazem parte das histórias de vida deste grupo e compõem sua identidade. Ambos os conceitos, porém, não divergem, mas são complementares.

Ampliando a percepção com o conceito estabelecido por Halbwachs (2006, p. 38): “a história só começa no ponto onde termina a tradição, no instante em que se apaga ou se decompõe a memória social”. O autor também defende que o lugar ocupado por um grupo não consiste em um quadro negro sobre o qual se escreve e depois se apagam os números e figuras, pelo contrário, o lugar recebe a marca do grupo e vice-versa.

O autor destaca que cada detalhe do espaço ocupado por um grupo social possui um significado compreensível apenas por seus membros, pois está relacionado à estrutura e aos elementos mais estáveis da vida daquela sociedade. Dito isto, volta-se o olhar para os relatórios a respeito de Palmeira dos Índios. O cenário urbano, tradições, costumes, serviços

e eventos palmeirenses são retratados no texto do prefeito. Um exemplo curioso apresentado no primeiro relatório dá uma dimensão do panorama político local à época:

Havia em Palmeira inumeros prefeitos: os cobradores de impostos, o commandante do destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do município tinha sua administração particular, com prefeitos coroneis e prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscaes, esses, resolviam questões de polictica e advogavam (Ramos, 2013, p.25).

Nas primeiras décadas do século XX, Palmeira dos Índios era um dos municípios mais desenvolvidos de Alagoas. Forte em setores como agropecuária e o comércio, o lugar gozava de certo progresso, apesar de não fugir ao figurino de cidades pequenas do Agreste, onde o poder dos grandes senhores se sobrepunha aos interesses coletivos e às normas vigentes (Moraes, 2012, p.65).

Distante 134 quilômetros da capital Maceió, Palmeira está localizada na microrregião que leva o seu nome, composta ainda pelos municípios de Belém, Cacimbinhas, Estrela de Alagoas, Igaci, Maribondo, Mar Vermelho, Minador do Negrão, Paulo Jacinto, Quebrangulo e Tanque d'Arca. Devido ao seu desenvolvimento e à sua localização na zona intermediária do estado entre o Agreste e o Sertão, recebeu o título de “Princesa do Sertão”.

Não se sabe ao certo, a data de surgimento ou autoria do apelido, mas em 1930, no relatório de nº 02, o prefeito já mencionava e ironizava a alcunha: “E o palmeirense affirmava, convicto, que isto era a princeza do sertão. Uma princeza, vá lá, mas princeza muito nua, muito madraça, muito suja e muito escavacada” (Ramos, 2013, p. 41).

Quando assumiu, a arrecadação era de 71 mil contos de réis. No primeiro relatório há uma referência à densidade demográfica: “O Município é pobre e demasiado grande para a população que tem, reduzida por causa das seccas continuadas” (Ramos, 2013, p.28). Segundo a Enciclopédia Municípios de Alagoas (2023), a “princesa” dos dias atuais é ainda menor do que a que o autor de Vidas Secas geriu. A cidade perdeu dois terços de seu território com as emancipações políticas de Igaci (1957), Cacimbinhas (1958) e Minador do Negrão (1962).

O descanso dos mortos também foi tema mencionado por Graciliano. A Palmeira dos Índios de hoje conta com 46 necrópoles - entre cemitérios públicos, privados e particulares, estes construídos e mantidos por famílias em suas propriedades e fiscalizados pelo Departamento de Cemitérios da Prefeitura Municipal. Entre os públicos, estão o de São

Gonçalo e o de Nossa Senhora do Ó. Há também o Campo Santo Parque do Agreste, cemitério particular de padrão mais elevado.

No Relatório II, no tópico cemitério, consta que a despesa com a manutenção do espaço foi de 243\$000. O gestor usa humor peculiar para justificar os recursos escassos e o adiamento da obra de construção de uma nova área pública para sepultamentos já que a que dispunham estava saturada:

Pensei em construir um novo cemiterio, pois o que temos dentro em pouco será insuficiente, mas os trabalhos a que me aventurei, necessarios aos vivos, não me permittiram a execução de uma obra, embora util, prorrogável. Os mortos esperarão mais algum tempo. São os municipes que não reclamam (Ramos, 2013, p. 38).

Na primeira metade do Século XX, os mortos nordestinos sequer tinham direito a um enterro digno. Somente em 1955, com a criação da primeira Liga Camponesa do Nordeste, que eles passaram a ser assistidos. O objetivo das Ligas fora o de defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos (Castro, 1965).

É um hábito nessas terras miseráveis que os pobres lavradores, no termo de suas vidas de miséria, sejam levados ao cemitério num caixão “de caridade”, que a Prefeitura empresta, mas que tem que ser restituído na boca da cova, para servir a outros defuntos. Ora, ser enterrado desta forma, constituía a humilhação suprema para essa pobre gente, cuja vida não passa de um rosário de lamentação. Mas esta é a maior de todas, porque é uma humilhação que passará para o outro lado da vida – uma humilhação que durará toda a eternidade. A Liga foi criada para evitar esta suprema humilhação (Castro, 1965. p. 28).

A morte, aliás, seria um tema especialmente espinhoso para Graciliano Ramos. Em agosto de agosto de 1915, ele retornaria a Palmeira dos Índios – depois de uma estada de pouco mais de um ano no Rio de Janeiro, onde trabalhava como revisor de jornais cariocas – para sepultar três irmãos e um sobrinho, vitimados por um surto de peste bubônica no município (Barros; Torres, 1992). A própria mulher – Maria Augusta –, com quem se casou pouco mais de um mês de seu retorno do Rio, morreria de parto cinco anos depois. A mãe e duas irmãs estavam em estado grave. Não havia mais como permanecer no Rio (Moraes, 1992. p. 47).

Ele usa o termo “empreendimentos mais sérios a que me aventurei” para se referir à estrada do povoado de Palmeira de Fora e o terrapleno da Lagoa (atualmente conhecido como Lago ou Açude do Goiti). Entre as outras obras públicas mencionadas no Relatório I, o gestor enumera diversas estradas:

Concertei as estradas de Quebrangulo, da Porcina, de Olhos d'Água aos limites de Limoeiro, na direção de Canna Brava. Foram reparos sem grande importancia e que apenas menciono para que esta exposição não fique incompleta. Faltam-nos recursos para longos tractos de rodovias e, quaesquer modificações em caminhos estreitos, ingremes, percorridos por animais e vehiculos de tracção animal, depressa desaparecem. E' necessario que se esteja sempre a renovar-as, pois as enxurradas levam num dia o trabalho de mezes e os carros de bois escangalhar o que as chuvas deixam (Ramos, 2013, p. 29).

Na área urbana, a precariedade do ordenamento urbano mereceu destaque pelo prefeito, onde animais eram criados “à toa”. “Cannasfitula era um chiqueiro. Encontrei lá o anno passado mais de cem porcos misturados com gente. Nunca vi tanto porco. Desappareceram. E a povoação está quasi limpa” (Ramos, 2013, p.42).

A iluminação pública era um dos casos mais emblemáticos. Com sarcasmo, ele se referiu ao contrato para fornecimento de luz firmado pela Prefeitura nove anos antes. Algo dispendioso, porém deficiente: “Apesar de ser o negocio referente a claridade, julgo que assignaram aquillo às escuras. É um bluff. Pagamos até a luz que a lua nos dá” (Ramos, 2013, p. 38).

Neste e em outros trechos, o mesmo prefeito que usa de ironia e tom de crítica como marcas da narrativa, também deixa claros traços de sensibilidade e atenção ao sofrimento dos munícipes. Educação e cultura foram temas abordados, a exemplo dos grupos escolares em aldeias e os gastos com a manutenção da Escola de Música, a Filarmônica 16 de Setembro. Em linhas gerais o prefeito dos relatórios “Foi combativo, porque não favoreceu a ninguém, porque não foi ‘rigoroso apenas com os pobres diabos sem proteção’” (Sant’ana, 1983, p. 23).

Ao associar o conteúdo dos relatórios à memória de Palmeira dos Índios, pode-se recorrer ao pensamento de Abreu (2005), que entende que não basta resgatar o passado. O autor defende que a memória das cidades está sendo produzida a cada dia. “Por isso, temos também que estar atentos ao presente, e preocuparmo-nos sempre em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade” (2005, p. 24). Abreu pondera ainda que não há como impedir que muitas dessas memórias acabem desaparecendo.

Muitas podem, contudo, ser salvas, bastando para isso que se esteja atento ao seu valor futuro, que se consiga deixar de pensar exclusivamente no aqui e no agora. Intencionalmente ou não, assim fez Graciliano.

3 CONCLUSÃO

Os valores literário, político e histórico dos dois relatórios do prefeito Graciliano Ramos são inquestionáveis. Este estudo mostrou também a relevância dos manuscritos para a memória do município de Palmeira dos Índios. Embora o artigo apresente um breve recorte diante da amplitude deste grande nome das letras, pode-se considerar que o estudo lança luz sob uma perspectiva válida e potencialmente frutífera.

Conclui-se que os dois relatórios administrativos podem, sim, ser considerados como instrumentos de preservação da memória do município. Visto que contém registros que evocam a Palmeira do final dos anos 1920 sob as mais diversas peculiaridades, algumas, com conexões até os dias atuais. Os dois documentos representam, portanto, muito mais do que ferramentas da administração pública. Elas não ficaram restritas ao recorte temporal de quando foram lançadas em Diário Oficial por dois anos consecutivos.

O discurso do autor constrói uma narrativa sobre a cidade e registra elementos que remetem à memória palmeirense em diversos elementos pelo olhar de quem conhecia profundamente o lugar. Vários aspectos podem ter permanecido à margem deste artigo, prova de que o tema não se esgota e ainda há muito que explorar e refletir. Quase um século após sua publicação endereçada ao governador, os documentos continuam fascinando leitores e evocando a memória da Princesa do Sertão.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, v. 3, n. 4, p. 5-26, 1998.
Disponível em:
<https://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Sobre%20a%20memoria%20das%20cidades.pdf>.
Acesso em: 28 jun. 2025.
- BARROS, I.; TORRES, L. B. **Roteiro sentimental de Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios**. Maceió: Sergasa, 1992.
- BAUMAN, Z. Tempo e espaço. In: BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 107-149.
- CARVALHO, C. P. **Formação histórica de Alagoas**. 4. ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

CASTRO, J. **Sete palmos de terra e um caixão – ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

MELO, Arnon de (org.). **Enciclopédia Municípios de Alagoas**. 2. ed. Maceió: Organização Arnon de Melo, 2023. 432 p.

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

GAZETA DE ALAGOAS. Graciliano Ramos eleito o alagoano do século. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 1 jan. 2000. p. A5.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, V. S. **Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.

MORAES, D. **O velho Graça – uma biografia de Graciliano Ramos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RAMOS, G. **Relatórios de Graciliano Ramos publicados no Diário Oficial**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.

SANT'ANA, M. M. **Graciliano Ramos antes de Caetés**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1983.

SENNA, H. **República das letras – entrevistas com 20 grandes escritores brasileiros**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1968.